



Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas

1T25



**Banco Pan S.A. e
empresas controladas**
**Demonstrações financeiras intermediárias
consolidadas condensadas em
31 de março de 2025
e relatório de revisão**



Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pan S.A. e empresas controladas

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial consolidado condensado do Banco Pan S.A. ("Instituição") e suas controladas, em 31 de março de 2025, e as respectivas demonstrações consolidadas condensadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).



Banco Pan S.A. e empresas controladas

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas acima referidas incluem a demonstração consolidada condensada do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração consolidada condensada do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de maio de 2025

A stylized signature of the PwC firm, consisting of the letters 'PwC' in a cursive, handwritten style.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Fábio de Oliveira Araújo'.

Fábio de Oliveira Araújo
Contador CRC 1SP241313/O-3

**BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO CONDENSADO
EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

(Em milhares de reais)



Ativo	Nota explicativa	31/03/2025	31/12/2024
Disponibilidades	4	4.403	5.749
Ativos financeiros		58.622.133	57.749.334
Ao valor justo no resultado		26.023	1.223.905
Títulos e valores mobiliários	6.a	26.000	20.381
Derivativos	7	23	14.695
Operações de crédito	8	-	1.188.829
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		1.239.067	1.895.839
Títulos e valores mobiliários	6.a	1.239.067	1.895.839
Ao custo amortizado		57.357.043	54.629.590
Depósitos no Banco Central		2.254.826	2.372.761
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	7.662	4.520
Títulos e valores mobiliários	6.a	6.212.459	6.094.142
Operações de crédito	8	48.440.813	45.594.280
Outros ativos financeiros	10	441.283	563.887
Outros ativos		1.205.384	1.312.220
Ativos não correntes mantidos para venda		162.352	160.931
Ativos fiscais		4.706.849	4.464.512
A compensar		683.491	697.516
Diferidos	11.a	4.023.358	3.766.996
Investimentos em coligadas		22.493	21.463
Imobilizado	12	59.572	62.434
Intangível e ágio	13	755.225	721.062
Total do Ativo		65.538.411	64.497.705

Passivo	Nota explicativa	31/03/2025	31/12/2024
Passivos financeiros		55.390.949	53.966.887
Ao valor justo no resultado	7	52.688	577
Derivativos		52.688	577
Ao custo amortizado		55.338.261	53.966.310
Depósitos	14	33.107.680	31.383.465
Captações no mercado aberto	15	4.649.999	4.750.000
Recursos de aceites e emissão de títulos	16	15.209.714	15.499.197
Relações interfinanceiras		2.134.214	2.070.747
Outros passivos financeiros		236.654	262.901
Provisão para passivos contingentes	17	751.801	628.654
Provisão de perda esperada decorrente de risco de crédito a liberar		76.991	-
Passivos fiscais	11.a	486.933	637.888
Correntes		303.837	452.793
Diferidos		183.096	185.095
Outros passivos		1.364.067	1.767.910
Patrimônio Líquido dos acionistas controladores	18	7.463.348	7.489.714
Capital social:		5.928.320	5.928.320
De domiciliados no País		5.585.985	5.580.630
De domiciliados no Exterior		342.335	347.690
Reserva de capital		207.322	207.322
Reserva de lucros		1.492.102	1.514.002
Outros resultados abrangentes		8.000	12.466
(Ações em tesouraria)		(172.396)	(172.396)
Participação de acionistas não controladores		4.322	6.652
Total do Patrimônio Líquido		7.467.670	7.496.366
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		65.538.411	64.497.705

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas.



**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA CONDENSADA DO RESULTADO
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E DE 2024**

(Em milhares de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	31/03/2025	31/03/2024
Receita com juros e similares		4.507.926	3.492.300
Despesas com juros e similares		(1.664.135)	(1.402.717)
Receita líquida com juros e similares	19	2.843.791	2.089.583
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(1.879.757)	(501.247)
Perda esperada com demais ativos financeiros		(33.900)	(90)
Receita líquida de perdas esperadas de ativos financeiros		930.134	1.588.246
Canhos/(perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)		(646.152)	166.711
Resultado de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado		(114.067)	(37.496)
Resultado de instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	(8)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.g	(532.085)	204.215
Receitas de tarifas e comissões		1.270.110	299.413
Despesas de pessoal	20	(241.434)	(219.237)
Outras despesas administrativas	21	(587.241)	(744.811)
Depreciação e amortização		(40.266)	(48.478)
Despesas tributárias		(143.345)	(235.274)
Provisões		(262.076)	(42.918)
Provisão para passivos contingentes		(269.695)	(42.918)
Provisão para compromissos de crédito a liberar		7.619	-
Outras receitas/(despesas) operacionais		(279.134)	(606.356)
Resultado de participações em coligadas		1.031	502
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda		(34.770)	(1.634)
Resultado antes dos impostos		(33.143)	156.164
Imposto de renda e contribuição social	11.b	93.069	(3.353)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(166.315)	(188.022)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		259.384	184.669
Lucro Líquido		59.926	152.811
Atribuível a:			
Acionistas Controladores		59.386	152.357
Acionistas não Controladores		540	454
Média ponderada da quantidade de ações em circulação		1.250.570	1.253.345
Lucro líquido por ação - R\$		0,05	0,12

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas.



**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA CONDENSADA DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E DE 2024**

(Em milhares de reais)

	31/03/2025	31/03/2024
Lucro líquido	59.926	152.811
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração Consolidada do Resultado		
Varição de Valor Justo	(2.115)	1.353
Efeito Fiscal	(2.351)	(464)
Total de outros resultados abrangentes	(4.466)	889
TOTAL do resultado abrangente	55.460	153.700
Atribuível a:		
Acionistas controladores	54.920	153.246
Acionistas não controladores	540	454

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas.



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA CONDENSADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total Patrimônio Líquido - Acionistas controladores	Total Patrimônio Líquido - Acionistas não controladores	Total
				Legal	Para integridade do patrimônio líquido						
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		5.928.320	207.322	187.983	1.126.598	(1.225)	(30.849)	-	7.418.149	3.527	7.421.676
Aquisição de ações em tesouraria	18.e	-	-	-	-	-	(165.230)	-	(165.230)	-	(165.230)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	889	-	-	889	-	889
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	152.357	152.357	454	152.811
Total do resultado abrangente		-	-	-	-	889	-	152.357	153.246	454	153.700
Destinações											
Reserva legal	18.b	-	-	9.831	-	-	-	(9.831)	-	-	-
Transferência de lucros acumulados para reserva de lucros		-	-	-	65.611	-	-	(65.611)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio deliberado propostos	18.c	-	-	-	-	-	-	(76.915)	(76.915)	-	(76.915)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024		5.928.320	207.322	197.814	1.192.209	(336)	(196.079)	-	7.329.250	3.981	7.333.231
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		5.928.320	207.322	226.588	1.287.414	12.466	(172.396)	-	7.489.714	6.652	7.496.366
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	(4.466)	-	-	(4.466)	-	(4.466)
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	59.386	59.386	540	59.926
Total do resultado abrangente		-	-	-	-	(4.466)	-	59.386	54.920	540	55.460
Destinações											
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-	(2.870)	(2.870)
Juros sobre o capital próprio deliberado propostos	18.c	-	-	-	(21.900)	-	-	(59.386)	(81.286)	-	(81.286)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025		5.928.320	207.322	226.588	1.265.514	8.000	(172.396)	-	7.463.348	4.322	7.467.670

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas.



**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA CONDENSADA DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E DE 2024**
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/03/2025	31/03/2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido		59.926	152.811
Ajustes ao lucro líquido:			
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(252)	(214)
Depreciações e Amortizações		40.266	48.478
Provisão para desvalorização de ativos não correntes mantidos para venda		36.953	1.747
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda		(2.111)	(625)
Variação cambial de obrigações por empréstimos		(16.665)	11.618
Constituição de provisões cíveis, trabalhistas e tributárias	17	269.695	42.918
Impairment de ágio na aquisição de investimentos		(32.649)	2.855
Perda ao valor recuperável em ativos		19	655
Resultado de participações em coligadas		(1.031)	(502)
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos a clientes		1.879.757	501.247
Perda esperada com demais ativos financeiros		33.900	90
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(259.384)	(184.669)
Lucro líquido ajustado		2.008.424	576.409
Variação de Ativos e Passivos:			
Redução/(Aumento) em ativos financeiros ao valor justo no resultado		9.053	(9.433)
Redução/(Aumento) em ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		1.039.717	(27.014)
Redução em depósitos compulsórios		117.935	68.842
(Aumento) Aplicações interfinanceiras de liquidez		(5.820)	(10.125)
(Aumento) em Operações de crédito		(3.537.461)	(4.267.559)
Redução em outros ativos financeiros		4.287	2.566
Redução em ativos fiscais		14.696	215.551
(Aumento) em outros ativos		(44.134)	(207.523)
Aumento em depósitos		1.724.215	1.892.908
(Redução)/Aumento em Captações no mercado aberto		(100.001)	339.877
Aumento/(Redução) em passivos financeiros ao valor justo no resultado		52.111	(5.669)
Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		499.461	398.822
Aumento em outros passivos financeiros		55.619	5.967
(Redução) em provisões		(69.557)	(53.559)
Aumento em passivos fiscais		12.591	10.196
(Redução) em outros passivos		(185.999)	(159.655)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(163.546)	(100.050)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais		1.431.591	(1.329.449)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento:			
(Aumento) em ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(385.060)	(488.060)
Redução em ativos financeiros ao custo amortizado		-	(268.489)
Alienação de bens não de uso próprio		79.858	92.153
(Aquisição) de imobilizado	12.b	(1.934)	(1.356)
(Aquisição) de intangível	13.b	(36.053)	(37.267)
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Investimento		(343.189)	(703.019)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento:			
Emissão de recursos de aceites e emissão de títulos	16.b	100.041	4.100.243
Resgate de recursos de aceites e emissão de títulos	16.b	(888.985)	(1.825.156)
Pagamento de arrendamento		(1.734)	(1.741)
Juros sobre o capital próprio pagos		(302.000)	(273.000)
Aquisição de ações em tesouraria	18.e	-	(165.230)
Caixa Líquido (Utilizado)/Proveniente nas Atividades de Financiamento		(1.092.678)	1.835.116
(Redução) líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		(4.276)	(197.352)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		10.269	207.557
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		252	214
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período		6.245	10.419
Aumento líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		(4.276)	(197.352)
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA			
Juros pagos		(777.105)	(1.251.028)
Juros recebidos		3.090.757	3.187.786
Ganhos/(perdas) não realizados em ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(2.115)	889

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas.



**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA CONDENSADA DO VALOR ADICIONADO
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E DE 2024**
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/03/2025	31/03/2024
RECEITAS		2.642.246	2.806.180
Juros e similares	19	4.507.926	3.492.300
Tarifas e comissões		1.270.110	299.413
Perda esperada com ativos financeiros		(1.913.657)	(501.337)
Outras receitas/(despesas)		(1.222.133)	(484.196)
DESPESAS COM JUROS E SIMILARES	19	(1.664.135)	(1.402.717)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(578.719)	(737.272)
Materiais, energia e outros	21	(550)	(730)
Serviços de terceiros	21	(148.823)	(170.675)
Outras		(429.346)	(565.867)
Comissões pagas a correspondentes bancários	21	(88.226)	(218.933)
Processamento de dados	21	(168.985)	(155.419)
Serviços do sistema financeiro	21	(71.087)	(74.178)
Propaganda, promoções e publicidade	21	(56.735)	(76.744)
Comunicações	21	(7.942)	(10.323)
Despesas com busca e apreensão de bens	21	(15.659)	(18.658)
Outras	21	(20.712)	(11.612)
VALOR ADICIONADO BRUTO		399.392	666.191
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(40.266)	(48.478)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		359.126	617.713
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		1.031	502
Resultado de participações em coligadas		1.031	502
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		360.157	618.215
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		360.157	618.215
Pessoal		211.459	190.528
Remuneração direta		162.491	148.651
Benefícios		33.427	30.659
FCTS		13.752	9.290
Outros		1.789	1.928
Impostos, taxas e contribuições		80.250	267.337
Federal		64.110	250.090
Estadual		19	139
Municipal		16.121	17.108
Remuneração de capitais de terceiros	21	8.522	7.539
Aluguéis		8.522	7.539
Remuneração de capitais próprios		59.926	152.811
Juros sobre o capital próprio		59.386	76.915
Lucros retidos atribuível aos acionistas controladores		-	75.442
Lucros retidos atribuível aos acionistas não controladores		540	454

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas.

1. Contexto Operacional

O Banco PAN S.A. ("Banco", "Banco PAN", "Instituição" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. O Banco tem foco de atuação no varejo, com oferta de uma plataforma completa de crédito e de serviços financeiros. Atua direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito consignado (empréstimo e cartão de crédito), financiamento de veículos (carros usados e motos novas e usadas), cartão de crédito, crédito pessoal, crédito pessoal com garantia do FGTS e veículos, limite emergencial (cheque especial), bem como venda de seguros e *marketplace*. Nos serviços, além de todo o transacional inerente a uma conta corrente, também oferece portabilidade de salário, recarga de celular, DDA e programa de fidelização. O Banco PAN possui carteiras em *run-off* de financiamento para empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento e empréstimo imobiliário e aquisição de recebíveis imobiliários. Os benefícios dos serviços prestados entre o Banco PAN e as suas empresas controladas e os custos das estruturas operacionais e administrativas são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Quando necessário, o Banco PAN no contexto de sua estratégia de captação de recursos, pode vir a realizar cessões de crédito (significativamente com transferência substancial de riscos e benefícios) para instituições financeiras. Neste âmbito, o lucro destas vendas, quando concretizadas, é reconhecido imediatamente no resultado do período do Banco Pan. Os resultados estão refletidos nas demonstrações financeiras em receitas com juros e similares.

Atualmente o Banco PAN é controlado pelo Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), com 76,90% do capital total.

Em 31/03/2025 o capital social do Banco PAN estava distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Composição Acionária (em milhares de ações)					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A. (1)	657.561	100,00	318.332	52,06	975.893	76,90
Mercado (<i>free float</i>)	-	-	274.677	44,92	274.677	21,64
Subtotal	657.561	100,00	593.009	96,97	1.250.570	98,54
Ações em tesouraria (2)	-	-	18.500	3,03	18.500	1,46
Total emitido	657.561	100,00	611.509	100,00	1.269.070	100,00

(1) Participação direta e indireta através do Banco Sistema S.A. subsidiária do Banco BTG Pactual S.A.; e

(2) Ações de própria emissão adquiridas, com base na aprovação do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria ou posterior cancelamento (Nota 18.e).

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas

2.1) Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas do Banco PAN foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas foram elaboradas seguindo as regras do IAS 34 – Demonstrações Financeiras Intermediárias. Todas as informações relevantes especificamente relacionadas às demonstrações financeiras do Banco PAN, e somente com relação a estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas pelo Banco PAN em sua administração.

Estas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 08/05/2025.

2.2) Novos Pronunciamentos, Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

a) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

- IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:

Substitui a IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtópicos e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027.

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros:

Em maio de 2024, foram publicadas as alterações sobre os seguintes temas: (i) data de reconhecimento e baixa dos instrumentos financeiros e características relevantes na avaliação dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros para classificação e mensuração; e (ii) aprimoramento das divulgações relativas aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026. Os impactos estão sendo avaliados e serão finalizados antes da vigência da norma.

IFRS S1 - Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade. Essa norma apresenta a estrutura conceitual base para a divulgação de informações materiais sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, em toda a cadeia de valor de uma entidade. Sua adoção será obrigatória a partir do exercício de 2026.

IFRS S2 - Divulgações relacionadas ao clima. Trata-se da primeira norma temática e estabelece requisitos para divulgação de informações relativas a riscos e oportunidades especificamente relacionados ao clima. Sua adoção será obrigatória a partir do exercício de 2026.

2.3) Uso de Estimativas Contábeis, Críticas e Julgamentos

As demonstrações financeiras são influenciadas pelas políticas contábeis, premissas, estimativas e julgamentos do Banco. As estimativas e premissas que impactam as informações contábeis são aplicadas de forma consistente. Eventuais mudanças na apuração das estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente. As estimativas e premissas utilizadas pelo Banco são as melhores estimativas disponíveis e estão de acordo com as normas contábeis aplicáveis. Estimativas e julgamentos são avaliados em bases contínuas pelo Banco e baseadas nas experiências passadas e outros fatores, incluindo expectativas que consideram os eventos futuros. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significantes estão descritas abaixo:

a) Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo no resultado incluem principalmente: (i) operações de crédito; (ii) títulos e valores mobiliários; e (iii) derivativos.

Os valores justos dos instrumentos financeiros são apurados com base no preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação realizada entre participantes independentes na data da mensuração, sem favorecimento. Há diferentes níveis de dados que devem ser usados para mensurar o valor justo dos instrumentos financeiros: os dados observáveis que refletem os preços cotados de ativos ou passivos idênticos nos mercados ativos (nível 1), os dados que são direta ou indiretamente observáveis como ativos ou passivos semelhantes (nível 2), ativos ou passivos idênticos em mercados sem liquidez e dados de mercado não observáveis que refletem as próprias premissas do Banco ao precificar um ativo ou passivo (nível 3). Maximiza-se o uso dos dados observáveis e minimiza-se o uso dos dados não observáveis ao apurar o valor justo. Para chegar a uma estimativa de valor justo de um instrumento

mensurado com base em mercados não observáveis, o Banco primeiramente determina o modelo apropriado a ser adotado e devido à falta de acompanhamento dos dados significativos, avalia todos os dados baseados nas experiências relevantes na derivação de dados de avaliação, inclusive, porém não se limitando a curvas de rentabilidade, taxas de juros, volatilidades, preços de participações no capital ou dívidas, taxas de câmbio e curvas de crédito. Além disso, a respeito dos produtos que não são negociados em bolsa, a decisão do Banco deve ser considerada para avaliar o nível apropriado de ajustes de avaliação para refletir a qualidade de crédito da contraparte, o próprio valor de crédito, limitações de liquidez e parâmetros não observáveis, quando relevantes. Embora se acredite que os métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles praticados no mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para apurar o valor justo de determinados instrumentos financeiros poderia resultar em uma estimativa diferente de valor justo na data de divulgação e/ou liquidação.

b) Perda esperada de ativos financeiros

Na data-base de divulgação das demonstrações financeiras, o Banco deve avaliar as perdas inerentes a ativos financeiros ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A determinação da perda esperada com ativos financeiros ao custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, exige um alto nível de julgamentos que envolve critérios diversos de avaliação, tais como:

- Prazo para avaliação da perda esperada;
- Informações prospectivas;
- Cenários de perda ponderados pela probabilidade; e
- Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito.

Os títulos públicos de governos nacionais são considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, conforme estudo efetuado pelo Banco PAN.

As metodologias e as suposições usadas são revistas regularmente para reduzir qualquer diferença entre as estimativas e a efetiva perda esperada.

c) Mensuração do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ativos não correntes mantidos para venda

Na data-base de divulgação das demonstrações financeiras, o Banco possuía como prática a verificação quanto à existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração pode envolver critérios subjetivos de avaliação, tais como análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável. O Banco mantém provisão para desvalorização de veículos e afins relativos a ativos não correntes mantidos para venda.

d) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social na medida em que se considera provável que o Banco terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do Banco, é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as demonstrações financeiras. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Variações nos montantes depositados;
- Mudanças nas taxas de juros;
- Mudanças nos índices de inflação;
- Regulamentação governamental e questões fiscais;
- Processos ou disputas judiciais adversas;
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento;
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros; e
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

e) Provisões, contingências e outros compromissos

O Banco é parte em processos judiciais e administrativos, decorrentes do curso normal de suas atividades e operações, propostos por empregados, terceiros e órgãos públicos, de naturezas trabalhistas, cíveis e tributárias. Essas ações são conduzidas por advogados externos e geridas individualmente por meio de sistema informatizado.

As provisões e contingências são constituídas com base no risco de perda provável, utilizando metodologia estatística individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e valor da demanda. Para as demandas tributárias e estratégicas, o Banco constitui provisão com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer dos assessores legais, a evolução da jurisprudência e as experiências prévias sobre a matéria. As ações trabalhistas e cíveis massificadas consideram a avaliação de advogados externos especializados e são provisionadas de acordo com o índice histórico de perda de processos semelhantes que foram encerrados nos últimos meses.

2.4) Base de Consolidação

No processo de consolidação das demonstrações financeiras foram eliminadas as participações, os saldos das contas de ativo e de passivo, as receitas e as despesas entre as empresas integrantes do Grupo PAN, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas não controladores.

A seguir, estão apresentadas as entidades incluídas na consolidação, bem como a participação do Banco em seus capitais:

	Participação total %	
	31/03/2025	31/12/2024
Controladas diretas:		
PAN Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos	100,00	100,00
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	100,00	100,00
Brazilian Securities Companhia de Securitização	100,00	100,00
PAN Participações Ltda.	100,00	100,00
BM Sua Casa Promotora de Vendas S.A.	100,00	100,00
Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A.	100,00	100,00
PAN Corretagem de Seguros Ltda.	100,00	100,00
Controladas indiretas:		
Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda. (1)	80,00	80,00
G.W.H.C. Serviços Online Ltda. (2)	100,00	100,00

(1) Empresa controlada pela Brazilian Finance & Real Estate S.A.; e

(2) Empresa controlada pela Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A..

Moeda funcional e de apresentação:

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional do Banco PAN, em razão de ser essa a moeda do principal ambiente econômico no qual o Banco atua.

3. Principais Políticas Contábeis

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas foram elaboradas com base nas normas internacionais vigentes até 31/03/2025.

As políticas contábeis e os métodos de cálculo são os mesmos nas demonstrações financeiras intermediárias, quando comparados com a demonstração contábil anual mais recente.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/03/2025	31/12/2024
Disponibilidades (caixa)	4.403	5.749
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	1.842	4.520
Total de caixa e equivalentes de caixa	6.245	10.269

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição:

	Circulante				Não Circulante	31/03/2025	31/12/2024
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.842	-	2.251	3.569	-	7.662	4.520
Total em 31/03/2025	1.842	-	2.251	3.569	-	7.662	-
Total em 31/12/2024	2.489	2.031	-	-	-	-	4.520

6. Títulos e Valores Mobiliários

a) Composição:

A carteira de títulos e valores mobiliários, em 31/03/2025 e em 31/12/2024, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	31/03/2025	31/12/2024
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	26.000	20.381
Outros	26.000	20.381
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.239.067	1.895.839
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	1.184.062	1.666.787
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	35.758	198.905
Certificado de Depósito Bancário – CDB	8.790	19.690
Instrumento de patrimônio	10.457	10.457
Ativos financeiros ao custo amortizado	6.212.459	6.094.142
Notas do Tesouro Nacional – NTN	6.212.459	6.094.142
Total	7.477.526	8.010.362

b) Prazo de vencimento:

	31/03/2025	31/12/2024
Sem vencimento	10.457	10.457
Até 360 dias	2.513.240	2.430.428
Acima de 360 dias	4.953.829	5.569.477
Saldo do fim do período	7.477.526	8.010.362

7. Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou as desvalorizações são registradas em contas de receitas ou de despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Instrução Normativa BCB nº 276/22. A política de gestão de riscos do Banco PAN define que a utilização de instrumentos derivativos tem como objetivo proteger a exposição gerada pelas operações de crédito do Banco, pelas captações e pelas exposições cambiais em operações *offshore*.

Os instrumentos derivativos são utilizados em duas estratégias: carteira de negociação (*trading*); e carteira bancária (*banking*). São classificados na carteira de negociação os derivativos destinados a estratégias direcionais e, à realização de *hedge* econômico de outros elementos da carteira de negociação. São classificados na carteira bancária os derivativos utilizados como *hedge* de instrumentos classificados na carteira *banking*, incluindo aqueles utilizados como *hedge* contábil. Os riscos dessas carteiras são controlados em visões consolidadas por fator de risco.

As operações com instrumentos financeiros derivativos, bem como os títulos e valores mobiliários classificados como “negociação” ou “disponíveis para venda”, são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado e no patrimônio líquido. O valor de mercado dos instrumentos listados em bolsa corresponde à sua cotação no mercado ou à cotação de produtos semelhantes. Caso não haja cotação de mercado para determinado instrumento, seu valor de mercado será definido por fluxo de caixa descontado ou por modelos de precificação. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, os ganhos e as perdas são também registrados no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objetos de *hedge*.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* são apurados utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela B3 S.A.. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários. Para a apuração do valor de mercado dos contratos de *swap*, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros obtidas na B3 S.A..

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) são definidos pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela B3 S.A.. A partir desse preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou como despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e *swap*) são custodiadas na B3 S.A. (bolsa) ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de “instrumentos financeiros derivativos” em contrapartida às respectivas contas de “resultado

com instrumentos financeiros derivativos” e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

a) Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) demonstrados pelo seu valor de custo atualizado, marcação a mercado e saldo contábil aberto por prazos:

	Custo atualizado	Valor de mercado	Circulante				Não Circulante Acima de 360 dias	Total em 31/03/2025	Total em 31/12/2024
			Até 30 dias	De 30 a 90 dias	De 90 a 180 dias	De 180 a 360 dias			
Swap	(39.219)	(6.144)	-	-	-	(5.564)	(580)	(6.144)	14.118
Posição Ativa	380.431	380.930	2.673	3.655	3.577	268.099	102.926	380.930	311.148
Posição Passiva	(384.443)	(387.074)	(2.673)	(3.655)	(3.577)	(273.663)	(103.506)	(387.074)	(297.030)
Contratos Futuros	(46.521)	(46.521)	(46.521)	-	-	-	-	(46.521)	73.055
Diferencial a receber	23	23	23	-	-	-	-	23	73.589
Diferencial a pagar	(46.544)	(46.544)	(46.544)	-	-	-	-	(46.544)	(534)
Total	(85.740)	(52.665)	(46.521)	-	-	(5.564)	(580)	(52.665)	87.173

b) Valor dos instrumentos financeiros derivativos por indexador:

Banco e Consolidado	31/03/2025			
	Valor de Referência	Custo Atualizado	Marcação a Mercado	Saldo Contábil
Contratos de Swap		(4.012)	(2.132)	(6.144)
Posição fixa:	412.622	380.431	499	380.930
SOFR	214.504	217.938	2.315	220.253
IPCA/Pré/CDI	198.118	162.493	(1.816)	160.677
Posição flutuante:	412.622	(384.443)	(2.631)	(387.074)
DI + Spread	214.504	(223.377)	(2.321)	(225.698)
DI + Spread	198.118	(161.066)	(310)	(161.376)
Contratos Futuros	42.868.603	(46.521)	-	(46.521)
Diferencial a receber	21.183	23	-	23
Diferencial a pagar	42.847.420	(46.544)	-	(46.544)
Posição ativa	21.183	23	-	23
Posição passiva	43.260.042	(50.556)	(2.132)	(52.688)

c) Abertura por vencimento (valor de referência):

	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/03/2025	31/12/2024
Contratos swaps	2.610	3.604	3.534	288.657	114.217	412.622	291.652
SOFR x DI	-	-	-	214.504	-	214.504	214.504
IPCA x DI	2.610	3.604	3.534	74.153	114.217	198.118	77.148
Contratos futuros	5.609.653	2.872	4.987.473	9.056.415	23.212.190	42.868.603	38.540.556
DI	5.609.653	-	4.987.473	9.056.415	23.212.190	42.865.731	38.537.446
Dólar	-	2.872	-	-	-	2.872	3.110
Total	5.612.263	6.476	4.991.007	9.345.072	23.326.407	43.281.225	38.832.208

d) Local de negociação e contrapartes:

	Câmara de Liquidação/bolsa de valores	Instituições Financeiras	31/03/2025	31/12/2024
Mercado futuro	42.868.603	-	42.868.603	38.540.556
Posição comprada	-	-	-	-
Posição vendida	42.868.603	-	42.868.603	38.540.556
Swap	-	412.622	412.622	291.652
Posição ativa	-	-	-	-
Posição passiva	-	412.622	412.622	291.652
Posição ativa	-	-	-	-
Posição passiva	42.868.603	412.622	43.281.225	38.832.208

e) Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos:

Títulos Públicos	31/03/2025	31/12/2024
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	968.905	943.538
Total (1)	968.905	943.538

(1) Títulos dados em garantia na B3 S.A.

f) Hedge contábil – valor de mercado:

	31/03/2025	31/12/2024
Instrumentos Financeiros		
Posição Ativa	1.793.530	1.752.429
Swap – Dólar (1)	220.253	233.849
Futuros DII B3 S.A. - Taxa Pré - Reais (2)	1.573.277	1.518.580
Posição Passiva	(37.548.303)	(40.316.188)
Swap – CDI	(225.698)	(219.154)
Futuros DII B3 S.A. - Taxa Pré - Reais (3)	(37.322.605)	(40.097.034)
Objeto de Hedge		
Posição Ativa	38.781.270	38.211.255
Operações de Crédito (3)	38.781.270	38.211.255
Posição Passiva	(1.664.025)	(1.743.868)
Empréstimo no Exterior (1)	(216.750)	(231.471)
Certificados de depósitos a prazo (2)	(1.447.275)	(1.512.397)

(1) Utilizado como proteção da operação de captação no Exterior;

(2) Utilizado como proteção do risco pré-fixado de depósitos a prazo de longo prazo (Nota 14); e

(3) Neste objeto de *hedge* inclui os créditos de varejo: Consignado, Veículos, Empréstimos FGTS e Cartão Consignado (Nota 8).**g) Resultado com instrumentos financeiros derivativos:**

	31/03/2025			31/03/2024		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Swap – ganhos/perdas não realizadas	3.671	(23.932)	(20.261)	66.807	(61.138)	5.669
Futuros - ganhos/perdas realizadas	1.436.058	(1.948.127)	(512.069)	658.472	(460.127)	198.345
Câmbio	251	(6)	245	214	(13)	201
Total	1.439.980	(1.972.065)	(532.085)	725.493	(521.278)	204.215

8. Operações de Crédito

a) Composição:

	31/03/2025	31/12/2024
Operações de crédito - ao valor justo no resultado	-	1.188.829
Operações de crédito - ao custo amortizado	54.348.734	50.932.633
Provisão para perda de crédito esperada (Nota 9)	(5.907.921)	(5.338.353)
Operações de crédito líquidos	48.440.813	46.783.109

b) Abertura:

	31/03/2025	31/12/2024
Financiamentos (1)	31.501.137	29.335.451
Empréstimos e títulos descontados (1)	22.114.608	22.710.517
Títulos e créditos a receber (2)	2.041.297	1.991.797
Créditos vinculados à cessão (Nota 8.e)	498	6.880
Subtotal	55.657.540	54.044.645
(+/-) Ajuste ao valor de mercado (1)	(1.308.806)	(1.923.183)
Total	54.348.734	52.121.462

(1) Carteira de crédito que existem contratos que são objeto de *hedge* contábil; e

(2) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito, títulos e crédito a receber com características de concessão de crédito.

c) Prazo de vencimento:

	31/03/2025		31/12/2024	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas a partir de 1 dia	3.523.677	6,33	2.489.268	4,61
A vencer				
A vencer até 3 meses	8.104.533	14,56	7.955.365	14,72
A vencer de 3 a 12 meses	15.480.304	27,81	14.119.076	26,12
A vencer acima de um ano (1)	28.549.026	51,29	29.480.936	54,55
Total (2)	55.657.540	100,00	54.044.645	100,00

(1) Em 31/03/2025 o PAN possuía aproximadamente R\$ 2,6 bilhões em carteira a vencer com prazo superior a 5 (cinco) anos; e

(2) Não inclui ajuste ao valor de mercado (Nota 8.b).

d) Reconciliação do valor contábil bruto das operações de crédito:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2023	36.790.187	2.241.565	4.431.027	43.462.779
Transferidos para o Estágio 1	-	(149.636)	(35.258)	(184.894)
Transferidos para o Estágio 2	(1.258.155)	-	(15.435)	(1.273.590)
Transferidos para o Estágio 3	(2.173.938)	(551.419)	-	(2.725.357)
Oriundos do Estágio 1	-	1.258.155	2.173.938	3.432.093
Oriundos do Estágio 2	149.636	-	551.419	701.055
Oriundos do Estágio 3	35.258	15.435	-	50.693
Aquisição/Liquidação	11.883.119	136.157	(195.173)	11.824.103
Write-off	(1.001)	(48)	(1.241.188)	(1.242.237)
Saldo em 31/12/2024	45.425.106	2.950.209	5.669.330	54.044.645

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2024	45.425.106	2.950.208	5.669.331	54.044.645
Transferidos para o Estágio 1	-	(293.172)	(68.979)	(362.151)
Transferidos para o Estágio 2	(2.078.872)	-	(73.257)	(2.152.129)
Transferidos para o Estágio 3	(558.590)	(1.246.948)	-	(1.805.538)
Oriundos do Estágio 1	-	2.078.872	558.590	2.637.462
Oriundos do Estágio 2	293.172	-	1.246.948	1.540.120
Oriundos do Estágio 3	68.979	73.257	-	142.236
Revisão da metodologia de perda esperada	-	-	117.911	117.911
Aquisição/Liquidação	2.034.530	(121.232)	(378.905)	1.534.393
Write off	-	-	(39.409)	(39.409)
Saldo em 31/03/2025	45.184.325	3.440.985	7.032.230	55.657.540

(1) Não inclui ajuste ao valor de mercado.

e) Operações de venda e transferência de ativos financeiros:

Nos períodos de 31/03/2025 e 31/03/2024, o Banco realizou cessões de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios a outras instituições financeiras. O lucro nas cessões de crédito é apresentado na nota explicativa de receitas com juros e similares.

	31/03/2025			31/03/2024		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Consignado/FGTS	553.717	482.321	71.396	4.477.443	3.638.874	838.569
Total	553.717	482.321	71.396	4.477.443	3.638.874	838.569

(1) Contabilizado em "Receitas com juros e similares – Lucro nas cessões de crédito" (Nota 19).

9. Perda de Crédito Esperada Associada ao Risco de Crédito

a) Reconciliação da provisão para perda de crédito esperada:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2023	817.920	602.211	2.924.811	4.344.942
Transferidos para o Estágio 1	-	(4.981)	(2.658)	(7.639)
Transferidos para o Estágio 2	(334.314)	-	(3.428)	(337.742)
Transferidos para o Estágio 3	(1.467.394)	(385.551)	-	(1.852.945)
Oriundos do Estágio 1	-	334.314	1.467.394	1.801.708
Oriundos do Estágio 2	4.981	-	385.551	390.532
Oriundos do Estágio 3	2.658	3.428	-	6.086
(Constituição)/Reversão	1.947.698	168.626	210.350	2.326.674
Write-off	(228)	(34)	(1.333.001)	(1.333.263)
Saldo em 31/12/2024	971.321	718.013	3.649.019	5.338.353

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2024	971.321	718.013	3.649.019	5.338.353
Transferidos para o Estágio 1	-	(10.585)	(2.414)	(12.999)
Transferidos para o Estágio 2	(547.206)	-	(16.196)	(563.402)
Transferidos para o Estágio 3	(285.012)	(594.956)	-	(879.968)
Oriundos do Estágio 1	-	547.206	285.012	832.218
Oriundos do Estágio 2	10.585	-	594.956	605.541
Oriundos do Estágio 3	2.414	16.196	-	18.610
Revisão da metodologia de perda esperada (Constituição)/Reversão	216.341	(39.033)	(769.990)	(592.682)
Write off	853.434	200.256	147.969	1.201.659
	-	-	(39.409)	(39.409)
Saldo em 31/03/2025	1.221.877	837.097	3.848.947	5.907.921

No período findo em 31/03/2025, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para perdas esperadas no montante de R\$ 119.940 (R\$ 103.290 em 31/03/2024).

10. Outros ativos financeiros

	31/03/2025	31/12/2024
Valores a receber por cessão de créditos	432.375	468.777
Recebíveis imobiliários	3.470	15.988
Benefício residual em operações securitizadas	-	3.711
Negociação e intermediação de valores	5.328	75.296
Outros	110	115
Total	441.283	563.887

11. Ativos e passivos fiscais

a) Composição de ativos fiscais diferidos e passivos fiscais:

	31/03/2025	31/12/2024
Ativo		
Sobre a baixa e transferência de ativos com retenção substancial de riscos e benefícios e sobre os efeitos da taxa efetiva de juros dos empréstimos e recebíveis	(512.102)	(141.373)
Sobre prejuízos fiscais	801.528	865.191
Sobre diferenças temporárias	3.733.932	3.043.178
Provisão para perda esperada	2.815.849	2.225.459
Provisão de ações cíveis	273.490	235.392
Provisão de ações trabalhistas	27.769	26.460
Provisão de ações tributárias	27.028	16.626
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	30.142	14.428
Ajuste ao valor de mercado	433	512
Outras	559.221	524.301
Total do Ativo	4.023.358	3.766.996
Passivo		
Provisão para impostos diferidos sobre ajuste a mercado de derivativos	183.096	185.095
Provisão para impostos e contribuições	303.837	452.793
Total do Passivo	486.933	637.888

b) Encargos com imposto de renda e contribuição social:

	31/03/2025	31/03/2024
Resultado antes da tributação	(33.143)	156.164
Encargos / crédito total do imposto de renda e contribuição social (1)	14.914	(70.274)
Outros valores (2)	102.189	74.150
Diferença de alíquota entre as empresas	(24.034)	(7.229)
Imposto de renda e Contribuição social	93.069	(3.353)

- (1) Alíquotas vigentes: (i) provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%; (ii) contribuição social sobre o lucro é calculada para o Banco à alíquota de 20%, para a Pan Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos alíquota de 15% e para as demais empresas alíquota de 9%;
- (2) Refere-se principalmente ao reconhecimento de atualização monetária sobre IRPJ e CSLL a recuperar pela taxa SELIC e incentivos fiscais, sobre os quais não há incidência de IRPJ e CSLL.

12. Imobilizado

a) Composição:

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				31/03/2025	31/12/2024
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	46.846	(18.128)	28.718	28.492
Sistemas de segurança e comunicações	10%	4.846	(3.066)	1.780	1.948
Sistemas de processamento de dados	20%	74.437	(45.363)	29.074	31.994
Máquinas de adquirência	33%	59.191	(59.191)	-	-
Total em 31/03/2025		185.320	(125.748)	59.572	-
Total em 31/12/2024		184.444	(122.010)	-	62.434

b) Movimentação dos ativos imobilizados por classe:

	Instalação, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Máquinas de adquirência	Total
Saldo em 31/12/2023	29.405	2.807	37.460	36.403	106.075
Aquisições	1.088	-	268	-	1.356
Baixas	(273)	(32)	(22)	-	(327)
Depreciação	(1.283)	(248)	(3.182)	(8.880)	(13.593)
Saldo em 31/03/2024	28.937	2.527	34.524	27.523	93.511

	Instalação, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Total
Saldo em 31/12/2024	28.492	1.948	31.994	62.434
Aquisições	1.707	2	225	1.934
Baixas	(10)	-	(9)	(19)
Depreciação	(1.471)	(170)	(3.136)	(4.777)
Saldo em 31/03/2025	28.718	1.780	29.074	59.572

13. Ativo intangível e ágio

a) Composição:

	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/03/2025	31/12/2024
Softwares	20% a 60%	418.419	(210.044)	208.375	206.197
Licença de uso	20% a 60%	286.783	(240.883)	45.900	46.179
Marcas e patentes	5% a 50%	30.802	(8.379)	22.423	22.808
Carteira de clientes (4)	10%	6.483	(2.107)	4.376	4.538
Softwares (4)	20%	6.240	(4.056)	2.184	2.496
Ágio e marcas adquiridas (1)(2)	-	459.279	(12.688)	471.967	438.844
Total em 31/03/2025		1.208.005	(452.780)	755.225	-
Total em 31/12/2024		1.171.953	(450.891)	-	721.062

b) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

	Softwares	Licença de uso	Marcas e patentes	Carteira de clientes (3)	Softwares (3)	Ágio e marcas adquiridas (1)(2)	Total
Saldo em 31/12/2023	184.184	52.706	24.415	5.186	3.744	442.608	712.843
Adições	21.710	15.557	-	-	-	-	37.267
Baixas	(219)	-	-	-	-	-	(219)
Amortização	(11.120)	(21.837)	(386)	(162)	(311)	(2.382)	(36.198)
Total em 31/03/2024	194.555	46.426	24.029	5.024	3.433	440.226	713.693

	Softwares	Licença de uso	Marcas e patentes	Carteira de clientes (3)	Softwares (3)	Ágio e marcas adquiridas (1)(2)	Total
Saldo em 31/12/2024	206.197	46.179	22.808	4.538	2.496	438.844	721.062
Adições	14.424	21.629	-	-	-	-	36.053
Amortização	(12.246)	(21.908)	(385)	(162)	(312)	33.123	(1.890)
Total em 31/03/2025	208.375	45.900	22.423	4.376	2.184	471.967	755.225

(1) Trata-se da aquisição das empresas Mosaico e Mobiauto – Combinação de negócios;

(2) Inclui R\$ 100.486 de marcas que estão sendo amortizadas no prazo de 10 anos; e

(3) Intangíveis identificados em combinação de negócios.

14. Depósitos

a) Composição:

	31/03/2025	31/12/2024
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	33.107.680	31.383.465
Tipos:		
Depósitos à vista	94.952	98.964
Depósitos interfinanceiros	19.159.709	16.221.215
Depósitos a prazo (1)	13.853.019	15.063.286
Total	33.107.680	31.383.465

(1) Objeto de hedge contábil.

b) Prazo de vencimento:

	31/03/2025	31/12/2024
Sem vencimento	94.952	98.964
Até 30 dias	1.389.221	2.277.500
De 31 a 90 dias	2.491.282	859.056
De 91 a 180 dias	1.999.018	2.935.083
De 181 a 360 dias	1.949.869	3.186.377
Acima de 360 dias	25.183.338	22.026.485
Total	33.107.680	31.383.465

15. Captações no mercado aberto**a) Composição:**

	31/03/2025	31/12/2024
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	4.649.999	4.649.999
Tipos:		
Venda com compromisso de recompra	4.649.999	4.750.000
Total	4.649.999	4.750.000

b) Prazo de vencimento:

	30/03/2025	31/12/2024
Até 30 dias	4.649.999	4.750.000
Total	4.649.999	4.750.000

16. Recursos de emissão de títulos**a) Composição:**

	30/03/2025	31/12/2024
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	15.209.714	15.499.197
Tipos:		
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	-	2.440
Letras Financeiras - LF	15.209.714	15.496.757
Total	15.209.714	15.499.197

b) Variações:

	31/03/2025	31/03/2024
Saldos do início do período	15.499.197	13.039.005
Juros	499.462	398.822
Emissões	100.041	4.100.243
Pagamento de Juros/Resgate	(888.985)	(1.825.156)
Saldo do fim do período	15.209.714	15.712.914

c) Prazo de vencimento:

	31/03/2025	31/12/2024
Até 30 dias	735.801	55.170
De 31 a 90 dias	505.686	739.084
De 91 a 180 dias	2.320.260	1.201.819
De 181 a 360 dias	5.646.809	3.571.814
Acima de 360 dias	6.001.160	9.931.310
Total	15.209.714	15.499.197

17. Provisões**Provisões:**

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício regular de suas atividades. São constituídas provisões para os processos cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal classificados como de perda provável com base no histórico de perdas, na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas, as quais decorrem, em geral, de pretensão enquadramento na categoria dos bancários, especialmente horas extras em razão do artigo nº 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

As ações trabalhistas são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e, embora contem com a condução e avaliação de advogados internos e externos especializados, são provisionadas de acordo com o histórico de perdas de processos semelhantes que foram encerrados nos últimos 12 ou 36 meses, dependendo do tipo de autor, podendo sofrer atualização anual e corrigido a uma taxa de 1% ao mês, cujo acompanhamento periódico demonstra a adequação do montante de provisões.

Processos cíveis

São processos de natureza cível e consumerista, que contemplam pedidos de indenização a revisão de condições de contratação ou questionamentos a tarifas cobradas nos produtos oferecidos.

As ações cíveis, geridas por meio de sistema informatizado, são divididas em dois grupos:

1) ações massificadas

Na metodologia utilizada para o cálculo da provisão cível nas ações massificadas é aplicado um modelo estatístico que calcula o *ticket* médio de perda esperada de todas as ações encerradas e pagas nos últimos 24 meses. Este indicador, variável por cada cluster de processo, é atualizado a cada 3 meses e seu acompanhamento periódico demonstra a adequação do montante de provisões.

2) ações cíveis estratégicas

Com relação às ações consideradas estratégicas e aquelas de médio impacto ("middle"), o provisionamento é efetuado a partir da análise jurídica do risco de perda e do conteúdo econômico de cada processo. Esta avaliação leva em conta a opinião dos advogados internos e externos e é construída a partir da análise do caso concreto e da legislação e jurisprudência aplicáveis.

Processos tributários

Trata-se de ações passivas de cunho administrativo e judicial distribuídas pela União, Estados, Distrito Federal e pelos Municípios, em face do Grupo PAN, objetivando a exigência de tributos de suas respectivas competências já constituídos, inscritos ou não em dívida ativa. Todas as discussões tributárias são conduzidas por escritórios especializados, sob a supervisão do Jurídico Tributário do PAN.

Os valores constituídos como provisão são decorrentes de tributos cuja matéria é amplamente estudada levando em consideração aspectos processuais, jurisprudenciais, doutrinários e que sejam, de acordo com opinião legal dos nossos assessores, classificados como perda provável.

I. Provisões segregadas por natureza:

	31/03/2025	31/12/2024
Processos cíveis	609.329	524.754
Processos trabalhistas	61.824	58.915
Processos tributários	80.648	44.985
Total	751.801	628.654

II. Movimentação das provisões:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2023	225.250	56.490	39.398	321.138
Constituição líquida de reversão	32.705	9.766	447	42.918
Atualização monetária	-	-	775	775
Baixas	(44.826)	(9.500)	(8)	(54.334)
Saldo em 31/03/2024	213.129	56.756	40.612	310.497

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2024	524.754	58.915	44.985	628.654
Constituição líquida de reversão	218.613	18.680	32.402	269.695
Atualização monetária	-	-	8.665	8.665
Baixas	(134.038)	(15.771)	(5.404)	(155.213)
Saldo em 31/03/2025	609.329	61.824	80.648	751.801

III. Passivos contingentes classificados como perda possível:

As principais discussões relativas a ações fiscais e tributárias cuja probabilidade de perda está classificada como possível estão descritas a seguir:

IRPJ/CSLL – Dedutibilidade de Perdas em Operações de Crédito e outras despesas operacionais, referente aos anos calendário de 2007 a 2017. Em março de 2025, os valores relacionados a esses processos totalizam aproximadamente R\$ 749 milhões;

IRPJ/CSLL – Dedutibilidade dos ágios pagos na aquisição de participações societárias amortizados nos anos calendário 2014 a 2017. Em março de 2025, o valor relacionado a esses processos totaliza aproximadamente R\$ 28 milhões;

PIS/COFINS – Dedutibilidade de despesas de *Swap* da base de cálculo, referente ao ano calendário de 2010. Em março de 2025, o valor relacionado a esse processo totaliza aproximadamente R\$ 5,7 milhões;

PIS/COFINS – Dedutibilidade de despesas de comissões pagas aos correspondentes bancários e de perdas em venda ou transferência de ativos financeiros, referentes aos anos calendários de 2017 e 2019. Em março de 2025, o valor relacionado a esse processo totaliza aproximadamente R\$ 398,5 milhões;

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) e Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT) – Incidência de contribuição previdenciária sobre PLR e PAT, dos anos calendários de 2012, 2013, 2016, 2017 e 2020. Em março de 2025, os valores relacionados a esses processos totalizam aproximadamente R\$ 191,4 milhões;

Compensações não homologadas - Indeferimento de pedidos de compensações de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, decorrentes de pagamentos a maior ou indevidos. Em março de 2025, os valores relacionados a esses processos totalizam aproximadamente R\$ 28,2 milhões;

Demais discussões pulverizadas na carteira e classificadas com prognóstico de perda possível - Trata-se de débitos oriundos de cobranças de IPVA, Multas de Trânsito, ISS, IPTU, Taxas ITBI, IRPJ/CSLL oriundo da desmutualização da B3 (balcão), dentre outros. Em março de 2025, os valores relacionados a esses processos totalizam aproximadamente R\$ 62,2 milhões.

Em 31 de março de 2025, o Grupo PAN figurava como parte em processos cíveis com probabilidade de êxito possível, razão pela qual não estão provisionados na contabilidade. O saldo dos processos cíveis classificados como possível totalizou R\$ 351 milhões no Banco e R\$ 353 milhões no Consolidado.

18. Patrimônio líquido

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 5.928.320 em 31/03/2025 e em 31/12/2024.

Abaixo demonstramos as ações nominativas escriturais (em milhares de ações) e sem valor nominal.

	31/03/2025	31/12/2024
Ordinárias	657.561	657.561
Preferenciais	611.509	611.509
Subtotal	1.269.070	1.269.070
Em tesouraria (preferenciais) (1)	(18.500)	(18.500)
Total	1.250.570	1.250.570

(1) Ações de própria emissão adquiridas, com base na aprovação do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria ou posterior cancelamento (Nota 18.e).

b) Reservas de lucros:

Reserva Legal – Nos termos do estatuto social do Banco PAN, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social do Banco. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Instituição, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do capital autorizado, essa reserva poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurado anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Instituição.

c) Juros sobre o capital próprio/dividendos:

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendos mínimos de 35% sobre o lucro líquido anual, conforme estatuto social e nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre o lucro societário, conforme demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (Lei 4.595/64 e Lei 6.404/76), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

A seguir demonstra-se o cálculo de juros sobre o capital próprio:

	31/03/2025	% (1)	31/03/2024	% (1)
Lucro líquido	207.798		196.625	
(-) Reserva Legal	(10.390)		(9.831)	
Base de cálculo	197.408		186.794	
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados/pagos	81.286		76.915	
IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(12.193)		(11.537)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) provisionados/pagos	69.093	35%	65.378	35%

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo.

d) Lucro por ação:

	31/03/2025	31/03/2024
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	59.386	152.357
Lucro Líquido atribuível aos acionistas ordinários da Instituição (R\$ mil)	31.226	79.933
Lucro Líquido atribuível aos acionistas preferenciais da Instituição (R\$ mil)	28.160	72.424
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhares)	657.561	657.561
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (milhares)	593.009	595.784
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Instituição	0,05	0,12
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas preferenciais da Instituição	0,05	0,12

e) Ações em tesouraria:

Em 09/11/2023, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a abertura de um Novo Programa de Recompra de Ações, sendo autorizada a aquisição de até 32.000.000 (trinta e dois milhões) de ações preferenciais de emissão própria, nominativas, escriturais e sem valor nominal (BPAN4). Tais ações serão mantidas em tesouraria ou futuramente canceladas ("Novo Programa de Recompra de Ações"). O Novo Programa de Recompra de Ações terá um prazo de até 18 (dezoito) meses, contados a partir de 09/11/2023.

Em reunião realizada em 09/11/2023, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou o cancelamento das ações preferenciais já mantidas na tesouraria da Companhia, sem redução do capital social, as quais foram objeto de aquisições realizadas no âmbito do Programa de Recompra de Ações, deliberação essa que foi ratificada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") de 30/04/2024 da Companhia, bem como homologada em 25/06/2024 pelo Bacen. Considerando a referida homologação, a composição acionária, passou a ser da seguinte forma: capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 5.928.320.482,90, representado por 1.269.070.090 ações, sendo 657.560.635 ações ordinárias e 611.509.455 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31/03/2025, o saldo de ações em tesouraria totalizava o montante de R\$ 172.396, sendo composto por 18.500 ações preferenciais.

19. Receita líquida com juros

	31/03/2025	31/03/2024
Receitas com juros e similares		
Rendas de financiamentos	2.474.714	1.406.525
Rendas de empréstimos	1.609.229	1.043.892
Lucro nas cessões de crédito (nota 8.e)	71.396	723.629
Prêmio de performance das cessões	48.935	22.002
Aplicações em títulos de renda fixa	230.824	209.293
Depósitos compulsórios no Banco Central	54.085	78.995
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.019	6.189
Outras	12.724	1.775
Total de receitas com juros	4.507.926	3.492.300
Despesas com juros e similares		
Obrigações por empréstimos	17.030	(18.126)
Depósitos interfinanceiros	(581.059)	(241.133)
Recurso de emissão de títulos	(500.757)	(408.745)
Depósitos a prazo	(465.858)	(598.353)
Operações compromissadas	(128.378)	(127.897)
Contribuições ao fundo garantidor de créditos	(4.611)	(6.459)
Créditos cedidos com retenção de riscos e benefícios	(274)	(1.699)
Outras	(228)	(305)
Total de despesas com juros	(1.664.135)	(1.402.717)
Total	2.843.791	2.089.583

20. Despesas de pessoal

	31/03/2025	31/03/2024
Proventos	154.463	137.340
Encargos sociais	43.727	37.999
Benefícios	33.427	30.659
Honorários	8.028	11.311
Outros	1.789	1.928
Total	241.434	219.237

21. Outras despesas administrativas

	31/03/2025	31/03/2024
Comissões pagas a correspondentes bancários	88.226	218.933
Serviços de terceiros	148.823	170.675
Processamento de dados	168.985	155.419
Serviços do sistema financeiro	71.087	74.178
Propaganda, promoções e publicidade	56.735	76.744
Despesas com busca e apreensão de bens	15.659	18.658
Comunicações	7.942	10.323
Outras	29.784	19.881
Total	587.241	744.811

22. Segmentos operacionais

De acordo com as normas contábeis internacionais, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho; e
- Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Banco identificou, com base nessas diretrizes, os seguintes segmentos de negócio como sendo os seus segmentos operacionais:

- Financeiro; e
- Outros.

O segmento Financeiro corresponde às operações bancárias em geral.

O segmento Outros é representado pelas empresas BM Sua Casa Promotora de Vendas S.A., Brazilian Securities Companhia de Securitização, Brazilian Finance & Real Estate S.A., PAN Participações Ltda., Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A., G.W.H.C. Serviços Online Ltda. e Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda..

	31/03/2025				31/03/2024			
	Financeiro	Outros	Eliminações	Total	Financeiro	Outros	Eliminações	Total
Receita líquida com juros e similares	2.808.565	35.226	-	2.843.791	2.062.830	26.753	-	2.089.583
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.880.283)	570	-	(1.879.713)	(502.179)	792	-	(501.387)
Perda esperada com demais ativos financeiros	(44)	(33.900)	-	(33.944)	5	45	-	50
Receita líquida de perda esperada de ativos financeiros	928.238	1.896	-	930.134	1.560.656	27.590	-	1.588.246
Ganhos/(perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	(646.152)	-	-	(646.152)	166.719	(8)	-	166.711
Receitas de tarifas e comissões	1.204.684	68.736	(3.310)	1.270.110	238.269	65.733	(4.589)	299.413
Despesas de pessoal	(221.561)	(19.873)	-	(241.434)	(210.719)	(8.518)	-	(219.237)
Outras despesas administrativas	(562.422)	(28.129)	3.310	(587.241)	(721.575)	(27.825)	4.589	(744.811)
Depreciação e amortização	(36.068)	(4.198)	-	(40.266)	(44.180)	(4.298)	-	(48.478)
Despesas tributárias	(133.810)	(9.535)	-	(143.345)	(225.564)	(9.710)	-	(235.274)
Provisões	(261.466)	(610)	-	(262.076)	(42.927)	9	-	(42.918)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(306.952)	27.818	-	(279.134)	(591.797)	(14.559)	-	(606.356)
Resultado de participações em coligadas e controladas	26.543	-	(25.512)	1.031	19.105	1.799	(20.402)	502
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	(34.386)	(384)	-	(34.770)	(697)	(937)	-	(1.634)
Resultado antes dos impostos	(43.352)	35.721	(25.512)	(33.143)	147.290	29.276	(20.402)	156.164
Imposto de renda e contribuição social	102.738	(9.669)	-	93.069	4.966	(8.319)	-	(3.353)
Lucro líquido	59.386	26.052	(25.512)	59.926	152.256	20.957	(20.402)	152.811

	31/03/2025				31/12/2024			
	Financeiro	Outros	Eliminação	Total	Financeiro	Outros	Eliminação	Total
Total do ativo	66.971.310	1.416.925	(2.849.824)	65.538.411	65.495.701	1.443.150	(2.441.146)	64.497.705
Total do passivo	59.129.409	175.551	(1.234.219)	58.070.741	58.021.139	89.804	(1.109.604)	57.001.339

23. Saldos e transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros apuradas nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas

	Prazo Máximo	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/03/2024
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades (a)		2.083	261	-	-
Banco BTG Pactual S.A.	-	2.083	261	-	-
Aplicação interfinanceira de liquidez		-	-	743	3.635
Banco BTG Pactual S.A.	15/12/2025	-	-	743	3.635
Títulos e valores mobiliários		2.561	11.771	199	-
Banco BTG Pactual S.A.	03/11/2026	2.561	11.771	199	-
Outros ativos		261.861	312.923	40.548	-
Banco BTG Pactual S.A. (b)	Sem prazo	241.222	291.631	40.548	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	20.612	21.267	-	-
Pan Corretora de Seguros Ltda.	Sem prazo	27	25	-	-
Depósitos à vista (c)		(50)	(456)	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	-	(337)	-	-
Pan Corretora de Seguros Ltda.	Sem prazo	(50)	(119)	-	-
Depósitos interfinanceiros (d)		(18.809.502)	(15.294.181)	(566.753)	(178.606)
Banco BTG Pactual S.A.	30/12/2026	(18.809.502)	(15.294.181)	(566.753)	(178.606)
Depósitos a prazo (e)		(219.110)	(196.350)	(4.840)	(2.013)
Banco BTG Pactual S.A.	20/08/2029	(218.130)	(168.236)	(4.533)	-
Pan Corretora de Seguros Ltda.	29/05/2025	(822)	(26.381)	(302)	(1.966)
Pessoal chave da Administração	21/12/2026	(158)	(1.401)	(5)	(47)
Recursos de emissão de títulos		(5.022)	(2.202)	(79)	-
Banco BTG Pactual S.A.	13/11/2028	(5.022)	(2.202)	(79)	-
Depósitos de instituições financeiras		(4.649.999)	(4.750.000)	(128.378)	(127.897)
Banco BTG Pactual S.A.	15/08/2028	(4.649.999)	(4.750.000)	(128.378)	(127.897)
Instrumentos financeiros derivativos (f)		(6.144)	14.118	(20.261)	5.669
Banco BTG Pactual S.A.	31/12/2029	(6.144)	14.118	(20.261)	5.669
Outros passivos		(265.773)	(469.838)	-	16
Banco BTG Pactual S.A. (g)	Sem prazo	(219.977)	(434.947)	-	16
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	(45.796)	(34.891)	-	-
Receita de prestação de serviços		-	-	88.318	82.063
,Too Seguros S.A. (h)	-	-	-	88.318	82.063
Despesas de Pessoal		-	-	(59)	(59)
,Too Seguros S.A.	-	-	-	(59)	(59)
Outras despesas administrativas		-	-	-	-
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(6.928)	(4.617)
,Too Seguros S.A.	-	-	-	(6.928)	-
BTG Pactual Corretora	-	-	-	-	(27)

Tecban S.A.	-	-	-	(504)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(4.086)
Outras despesas operacionais	-	-	-	51.073
Banco BTG Pactual S.A. (i)	-	-	-	49.741
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	1.332
Resultado obtido na cessão de crédito	-	-	-	71.397
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	71.397

- a) Referem-se às contas correntes das empresas Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A. e Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda.;
- b) Referem-se, substancialmente, ao Prêmio de Performance relacionado a cessões de crédito no montante de R\$ 186.680 e valores a receber, referentes a cessões de crédito no montante de R\$ 54.422;
- c) Referem-se aos saldos de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;
- d) Referem-se às captações por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;
- e) Referem-se às captações por meio de depósitos a prazo efetuadas pelo Banco PAN;
- f) Referem-se às operações de *swap*;
- g) Refere-se, substancialmente, ao JCP no montante bruto de R\$ 62.332 (31/12/2024 – R\$ 231.583) e provisão de PLA (passivo de liquidação antecipada) sobre cessões de crédito, no valor de R\$ 146.093;
- h) Refere-se à comissão paga ao Banco PAN e PAN Corretagem pela intermediação de seguros; e
- i) Refere-se a despesas com cessão de crédito PLA (passivo de liquidação antecipada).

b) Remuneração dos administradores

Na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 25/03/2025, foi aprovada a proposta de Remuneração Anual Global dos Administradores da Companhia para o exercício de 2025, independente do ano em que os valores forem efetivamente pagos, no montante de até R\$ 35.832, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 30/04/2025. A remuneração dos Administradores da Companhia, está apresentada na nota explicativa 24, na rubrica “honorários”.

• Outras informações

Conforme disposto na legislação em vigor, o Banco PAN realiza operações de crédito para pessoas consideradas partes relacionadas, somente em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e para esses possui critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis, sem que haja benefícios adicionais ou diferenciados em relação às operações realizadas com clientes de mesmo perfil.

24. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida, patrimoniais e contratos de derivativos, que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros, que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

Mercado Ativo: é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de apreçamento continuamente.

Nível 2: Dados observáveis, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujos valores são determinados usando um modelo de precificação com dados, que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de

ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

Nível 3: Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração. Portanto, dados não observáveis refletem as premissas que os participantes do mercado utilizariam ao precificar o ativo ou o passivo, incluindo premissas sobre risco.

i. Técnicas de avaliação

A tabela a seguir demonstra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros em 31/03/2025 e 31/12/2024, classificados com base nos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar o seu valor justo:

	31/03/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros	1.218.852	46.238	-	1.265.090
Ao valor justo no resultado	26.000	23	-	26.023
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.192.852	46.215	-	1.239.067
Passivos financeiros	-	52.688	-	52.688
Ao valor justo no resultado	-	52.688	-	52.688

	31/12/2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros	1.706.858	224.057	1.188.829	3.119.744
Ao valor justo no resultado	20.381	14.695	1.188.829	1.223.905
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.686.477	209.362	-	1.895.839
Passivos financeiros	-	577	-	577
Ao valor justo no resultado	-	577	-	577

A seguir, os instrumentos financeiros que utilizam modelos internos para determinação do valor justo, cuja mensuração foi baseada em dados observáveis com instrumentos financeiros similares (Nível 2) ou dados não observáveis (Nível 3):

	31/03/2025	31/12/2024	Técnicas de avaliação	Principais premissas
Ativos financeiros	46.238	1.412.886		
Ao valor justo no resultado	23	1.203.524		
Operações de crédito	-	1.188.829	Método do valor presente líquido	Modelo interno de cálculo de fluxo futuro, descontado a valor justo utilizando dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) – B3 S.A.
Contratos de <i>swap</i>	23	14.695		Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) – B3 S.A.
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	46.215	209.362		
Certificados de Recebíveis Imobiliários	35.758	198.905	Método do valor presente	Operações recentes efetuadas (características e riscos similares).
Títulos patrimoniais	10.457	10.457	Método do valor presente	Operações recentes efetuadas (características e riscos similares).
Passivos financeiros	52.688	577		
Ao valor justo no resultado	52.688	577		
Contratos de <i>swap</i>	52.688	577	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) – B3 S.A.

As operações de crédito são classificadas no Nível 3.

A seguir apresenta-se uma comparação entre os principais valores contábeis dos ativos e passivos financeiros do Banco não mensurados a valor justo e seus respectivos valores justos no final do período:

31/03/2025					
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao custo amortizado	61.010.138	65.624.515	5.911.342	5.736	59.707.437
Títulos e valores mobiliários	6.212.459	5.911.231	5.911.231	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7.662	5.736	-	5.736	-
Operações de crédito	54.348.734	59.266.265	-	-	59.266.265
Outros ativos financeiros	441.283	441.283	111	-	441.172
Passivos financeiros ao custo amortizado	53.204.047	54.387.786	-	14.655.935	39.731.851
Depósitos	33.107.680	34.176.195	-	14.655.935	19.520.260
Captações no mercado aberto	4.649.999	4.649.999	-	-	4.649.999
Recursos de emissão de títulos	15.209.714	15.317.059	-	-	15.317.059
Outros passivos financeiros	236.654	244.533	-	-	244.533

31/12/2024					
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao custo amortizado	57.595.182	63.857.924	5.811.711	1.994	58.044.219
Títulos e valores mobiliários	6.094.142	5.811.596	5.811.596	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.520	1.994	-	1.994	-
Operações de crédito	50.932.633	57.480.447	-	-	57.480.447
Outros ativos financeiros	563.887	563.887	115	-	563.772
Passivos financeiros ao custo amortizado	51.895.563	53.338.772	-	16.119.742	37.219.030
Depósitos	31.383.465	32.674.319	-	16.119.742	16.554.577
Captações no mercado aberto	4.750.000	4.750.000	-	-	4.750.000
Recursos de emissão de títulos	15.499.197	15.647.539	-	-	15.647.539
Outros passivos financeiros	262.901	266.914	-	-	266.914

Os métodos e premissas utilizadas para a estimativa do valor justo estão definidas a seguir:

- As operações de crédito referem-se, basicamente, às operações com taxas pré-fixadas cujo valor justo foi calculado com base nas taxas de juros praticadas pelo Banco nas respectivas datas-bases. As aplicações interfinanceiras de liquidez representam as operações compromissadas de curto prazo e os certificados de depósitos interfinanceiros indexados principalmente a taxas pós-fixadas e os seus valores contábeis se aproximam ao valor justo das operações. Os títulos e valores mobiliários mensurados ao custo amortizado incluem títulos públicos. Seus valores justos foram calculados pelas respectivas PU Anbima e pelo critério de valor presente líquido dos fluxos de caixa que foram descontados por taxas divulgadas no mercado futuro B3 S.A., respectivamente.
- Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado referem-se, basicamente, às operações de depósitos e captações atreladas às taxas pós-fixadas ou indexadores, tais como: CDI, IGPM, IPCA e INPC.
- Para as operações de captação por meio de depósitos com taxas prefixadas e as captações no Exterior em moeda estrangeira, o valor justo foi calculado pelo critério de valor presente líquido dos fluxos de caixa que foram descontados por taxas divulgadas no mercado futuro (B3 S.A.).

25. Gestão de Risco Operacional e Riscos Financeiros

25.1. Introdução e visão geral

Os principais riscos aos quais o Banco está exposto, e que são provenientes de suas atividades, são apresentados a seguir:

- Risco de Crédito;
- Risco de Liquidez;
- Risco de Mercado; e
- Risco Operacional.

25.2. Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração representa a maior instância na estrutura de gestão do Banco, sendo subordinados a ele o Diretor Presidente e a estrutura de Auditoria. As diretorias, segmentadas por tipo de atividade e negócio, estão ligadas diretamente ao Diretor Presidente. Entre essas, está a Diretoria de Controladoria e Compliance, que possui a atribuição de definir as metodologias e métricas de risco, assim como o monitoramento e reporte de todos os riscos financeiros e não financeiros aos quais a atividade bancária está sujeita.

A unidade responsável pelo gerenciamento, monitoramento e controle do risco de crédito é a Gerência Executiva de Risco de Crédito. A unidade responsável pelo gerenciamento, monitoramento e controle dos riscos de mercado, liquidez, capital e risco operacional é a Gerência de Riscos e Controles Internos.

O Banco adota as seguintes definições no gerenciamento de riscos:

- **Risco de Crédito:** é o risco associado: (i) ao não cumprimento, pelo tomador, garantidor ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; (ii) à desvalorização de contrato de crédito ou instrumento financeiro devido à deterioração de risco do tomador ou emissor; (iii) à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. No tratamento do risco de crédito, o risco de concentração a tomadores, garantidores, contrapartes, emissores e setores econômicos deve ser levado em consideração.
- **Risco de Liquidez:** é o risco associado à possibilidade do Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.
- **Risco de Mercado:** é o risco associado à variação do valor dos ativos e passivos do Banco, devido à flutuação dos preços de mercado. Consideram-se como subcategorias o risco de taxa de juros; da variação cambial, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*). Inclui-se nesta definição o risco de variação nos preços devido à falta de liquidez dos instrumentos, ou, ainda, a necessidade de transação de volume elevado em relação ao normalmente transacionado.
- **Risco Operacional:** é o risco devido à ocorrência de eventos resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou ainda de eventos externos relacionados que impactem o alcance dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais do Banco. Essa definição inclui o risco legal, que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

A Instituição classifica os eventos de Risco Operacional nas seguintes categorias:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente no local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição;
- Interrupção das atividades da Instituição; e
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação.

25.2.1. Risco de Crédito

Na estrutura do Banco PAN, tanto na concessão de crédito como no gerenciamento dos riscos de crédito e na cobrança e recuperação de ativos, a carteira é dividida nos segmentos empresas, varejo e crédito imobiliário, sendo o primeiro composto por empréstimos e financiamentos a pessoas jurídicas e os demais a pessoas físicas (Crédito Direto ao Consumidor - CDC, Leasing, Crédito Pessoal, Cartões de Crédito, Consignado e Crédito Imobiliário).

a) Políticas e estratégias da gestão de risco de crédito

A unidade de gerenciamento de risco de crédito tem como objetivos:

- Monitorar a concentração de exposição por contrapartes, área geográfica e setor de atividade;
- Identificar, mensurar, monitorar e reportar o risco de crédito das carteiras, bem como acompanhar o volume de provisionamento regulatório e gerencial;
- Propor, acompanhar e reportar os limites de exposição aos riscos de crédito de carteira;
- Disseminar junto às unidades, principalmente as de negócio e produto, as melhores práticas relacionadas ao gerenciamento do risco de crédito de carteira; e
- Monitorar, reportar e propor ações de mitigação, visando manter a exposição a risco de crédito de carteira alinhada à estratégia de negócios definida pela alta Administração.

A Auditoria Interna realiza auditorias regulares nas unidades de negócios e nos processos de crédito do Grupo.

b) Ciclo de Crédito

O Banco tem como premissa básica para a concessão de crédito, a análise da capacidade de caixa e capacidade de acesso às linhas de crédito da empresa ou a capacidade de pagamento da pessoa física.

Em todos os casos, as garantias das operações são observadas como acessórias e, portanto, não sendo o principal motivo para concessão de crédito. O nível de garantias exigidas está relacionado ao risco do cliente e da operação. O processo de concessão de crédito está estruturado da seguinte forma para cada um dos principais segmentos de atuação, empresas, varejo e crédito imobiliário:

i. Empresas

A classificação do rating do cliente é realizada no momento da avaliação de crédito. O modelo de classificação leva em consideração informações quantitativas e qualitativas obtidas junto ao cliente, visitas técnicas e pesquisas no mercado, com clientes, fornecedores e concorrentes. Quando é caracterizado grupo econômico, é definida uma classificação para o grupo consolidado. A partir do rating do cliente é definido um *rating* da

operação, que leva em consideração as garantias envolvidas. Desde 2017, a carteira de empresas foi descontinuada (*run-off*).

ii. Varejo

Nas operações de varejo, o processo de concessão de crédito é suportado pelas informações cadastrais de cada cliente capturadas nos pontos de venda, pelos dados de *bureaus* de crédito, pela avaliação dos analistas de crédito e modelos de *scoring* automatizados, bem como pelo cumprimento das exigências internas definidas pela Diretoria e externas, pelo BACEN.

iii. Crédito Imobiliário

São realizados controles e acompanhamentos dos respectivos processos, restrições e limites estabelecidos, além da análise dos riscos e submissão às alçadas e aos comitês aprovadores. Desde 2017, a carteira de crédito imobiliário foi descontinuada (*run-off*).

c) Gerenciamento de Risco de Crédito

Após a contratação da operação, é necessário realizar o gerenciamento de risco de crédito das carteiras de produtos, segmentos e de cada empresa do Conglomerado PAN, visando analisar o comportamento de pagamento das operações.

d) Exposição ao Risco de Crédito

Na tabela a seguir tem-se o resumo da exposição máxima ao risco de crédito nas carteiras próprias e cedida com coobrigação para 31/03/2025 e 31/12/2024. A exposição máxima atingiu R\$ 68,9 bilhões, sendo R\$ 6,5 bilhões deste montante de limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas (R\$ 67,1 bilhões, sendo R\$ 6,4 bilhões deste montante de limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas em 31/12/2024).

i. Exposição máxima ao risco de crédito

	31/03/2025		31/12/2024	
	Total	Perda esperada	Total	Perda esperada
Operações de crédito	54.348.734	5.907.921	52.121.462	5.272.058
Itens não registrados no balanço patrimonial (1)	6.511.800	-	6.430.436	66.295
Títulos e valores mobiliários	7.639.556	-	8.010.362	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7.662	-	4.520	-
Outros ativos financeiros	441.283	-	563.887	-
Exposição máxima ao risco de crédito	68.949.035	5.907.921	67.130.667	5.338.353

(1) Referem-se a limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas, para os quais foram constituídas provisões para perdas.

Títulos e valores mobiliários são representados, substancialmente, por 98,9% em títulos do governo brasileiro dos quais não apresentam risco de crédito, conforme definição do BACEN.

Na tabela a seguir é apresentada a distribuição dos ativos de acordo com a classificação de vencimento e ocorrência de perdas de crédito esperadas.

Carteira de Crédito	31/03/2025	31/12/2024
Não vencidos nem sujeitos a perdas de crédito esperadas	40.473.586	39.664.120
Vencidos, mas não sujeitos a perdas de crédito esperadas	8.377.913	5.285.690
Sujeitos a perdas de crédito esperadas	5.497.235	7.171.652
Total de operações de crédito	54.348.734	52.121.462
Provisão para perda de crédito esperada	(5.907.921)	(5.338.353)
Valor líquido (Nota 8.a)	48.440.813	46.783.109

A concentração de risco dos maiores devedores segue na tabela a seguir:

Maiores devedores	31/03/2025		31/12/2024	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	441.799	0,79	481.156	0,89
50 seguintes maiores devedores	464.657	0,83	510.242	0,94
100 seguintes maiores devedores	153.743	0,28	164.219	0,30
Demais devedores	54.597.341	98,10	52.889.028	97,86
Total	55.657.540	100,00	54.044.645	100,00

(1) Não inclui ajuste ao valor de mercado.

Da carteira de crédito total do varejo, os empréstimos cobertos por garantias são: veículos leves, veículos pesados e motos.

As operações de crédito com prazos renegociados correspondem às transações reestruturadas em razão da deterioração da posição financeira dos tomadores. Uma vez que a operação é reestruturada, esta continua nesta categoria independentemente de ter desempenho satisfatório após a reestruturação.

A carteira de operações de crédito com prazos renegociados atingiu R\$ 2.101.186 (R\$ 1.805.621 em 31/12/2024). Os produtos contemplados na carteira de renegociação são basicamente os financiamentos de veículos leves, motos, pesados e cartões de crédito.

ii. A tabela a seguir apresenta os ativos vencidos mas não sujeitos a perda ao valor recuperável distribuídos por idade do atraso

Atraso (em dias)	31/03/2025		31/12/2024	
	Saldo	%	Saldo	%
1 a 30	4.999.385	59,67	3.327.094	62,95
31 a 60	2.195.416	26,20	1.240.536	23,47
61 a 90	1.183.112	14,13	718.060	13,58
Total	8.377.913	100,00	5.285.690	100,00

iii. A tabela a seguir apresenta os ativos sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável distribuídos por idade do atraso

Atraso (em dias)	31/03/2025		31/12/2024	
	Saldo	%	Valor	%
Vencidos acima de 90 dias	5.497.235	100,00	7.171.652	100,00
Total	5.497.235	100,00	7.171.652	100,00

25.2.2. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco associado à possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

i. Gerenciamento ao risco de liquidez

As principais atribuições da unidade responsável pelo controle de risco de liquidez são destacadas a seguir:

- Identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de liquidez das operações ativas e passivas do Conglomerado;
- Propor à Comissão de Riscos os limites de exposição ao risco de liquidez e realizar o monitoramento contínuo dos mesmos;
- Avaliar ou propor alternativas de mitigação do risco de liquidez em conjunto com os gestores de produtos e a mesa de operações; e
- Identificar previamente o risco de liquidez inerente a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, analisando as adequações necessárias aos procedimentos e controles adotados pelo Conglomerado.

A unidade responsável pelo Controle de Risco de Liquidez gera e analisa, diariamente, um conjunto de informações e relatórios sobre as exposições e fluxos de caixa do Banco, incluindo aqueles relacionados à análise de descasamento dos ativos e passivos em moeda, prazo e taxa, e ao controle de limites aprovados e aqueles com as projeções de fluxos de caixa em cenários de normalidade e estresse em um horizonte de 90 dias, que são reportados para a mesa de operações e para a Diretoria.

A Norma de Controle e Reporte de Risco de Liquidez possui por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades relativas ao gerenciamento do risco de liquidez em consonância ao plano estratégico e às melhores práticas de governança corporativa, visando resguardar a solvência do Conglomerado, manter a exposição a este risco em níveis adequados e dentro dos limites aprovados, e cumprir com os requerimentos regulatórios.

ii. Exposição ao risco de liquidez

Os valores projetados e prazos contratuais remanescentes de passivos financeiros são:

31/03/2025 – Valor Futuro								
Sem vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Depósitos de clientes (*)	-	1.004.766	1.296.014	1.197.760	2.234.311	2.890.213	8.593.269	17.216.333
Depósitos de instituições financeiras	-	168.703	148.690	110.025	536.146	971.547	24.736.286	26.671.397
Total de depósitos	-	1.173.469	1.444.704	1.307.785	2.770.457	3.861.760	33.329.555	43.887.730
Cessão de crédito com coobrigações	-	467	8	3	1	-	-	479
Dívidas subordinadas	-	-	-	-	-	-	23.295	23.295
Empréstimos no Exterior	-	-	-	115.244	-	110.743	-	225.987
Instrumentos financeiros derivativos (a pagar)	-	-	-	8.308	-	5.877	-	14.185
Recursos de emissão de títulos	-	594.656	228.744	140.089	2.013.977	5.453.293	6.698.008	15.128.767
Total	-	1.768.592	1.673.456	1.571.429	4.784.435	9.431.673	40.050.858	59.280.443

31/12/2024 – Valor Futuro								
Sem vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Depósitos de clientes (*)	-	1.310.896	481.650	501.435	3.060.270	4.275.576	9.406.074	19.035.901
Depósitos de instituições financeiras	-	579.918	348.845	177.761	428.437	1.046.931	21.530.116	24.112.008
Total de depósitos	-	1.890.814	830.495	679.196	3.488.707	5.322.507	30.936.190	43.147.909
Cessão de crédito com coobrigações	-	2.964	2.565	1.322	556	-	-	7.407
Dívidas subordinadas	-	-	-	-	-	-	24.125	24.125
Empréstimos no Exterior	-	-	-	-	62.385	59.965	-	122.350
Instrumentos financeiros derivativos (a pagar)	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de emissão de títulos	-	64.120	198.601	112.218	964.329	3.029.956	11.198.328	15.567.552
Total	-	1.957.898	1.031.661	792.736	4.515.977	8.412.428	42.158.643	58.869.343

(*) os depósitos de clientes referem-se, basicamente, a operações de depósitos a prazo com datas de vencimento determinadas, porém podem ser resgatados antes dos prazos contratuais.

A tabela anterior apresentou os fluxos de caixa futuros referentes aos passivos financeiros, por prazo de vencimento, incluindo os valores a pagar estimados com operações de instrumentos financeiros derivativos.

Os fluxos de caixa pós-fixados são estimados com base nas projeções de indexadores embutidas nas taxas de mercado em 31/03/2025 e 31/12/2024.

Com relação ao valor presente dos fluxos de vencimentos dos valores a pagar passivos financeiros, vide as respectivas notas explicativas desses passivos.

25.2.3. Risco de Mercado

Risco de mercado é definido como o risco associado à variação do valor dos ativos e passivos do Banco, devido à flutuação dos preços de mercado. Consideram-se como subcategorias o risco de taxa de juros; da variação cambial; dos preços de ações; e dos preços de mercadorias (commodities). Inclui-se nesta definição o risco de variação nos preços devido à falta de liquidez dos instrumentos, ou, ainda, a necessidade de transação de volume elevado em relação ao normalmente transacionado.

i. Gerenciamento do risco de mercado

A instância maior de gestão de riscos no Grupo PAN é o Conselho de Administração a quem subordina-se o diretor presidente e toda a diretoria. As Diretorias Financeira e de Relações com Investidores e a Diretoria de Controladoria e Compliance são as áreas envolvidas no gerenciamento de riscos financeiros. O Comitê de Ativos e Passivos tem como atribuições, entre outras, a análise de conjuntura econômica, estabelecer e acompanhar limites operacionais, níveis mínimos de caixa, controle de exposições e gestão de descasamentos entre ativos e passivos.

A Norma de Controle e Reporte de Risco de Mercado define os princípios, os valores e as responsabilidades na gestão desse risco. Além disso, cabe a área de risco revisar e propor periodicamente as políticas e processos de riscos, visando ao contínuo melhoramento.

As principais atribuições da unidade responsável pelo controle de risco de mercado são destacadas a seguir:

- Identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de mercado das operações ativas e passivas do Conglomerado;
- Propor à Comissão de Riscos os limites de exposição ao risco de mercado e realizar o monitoramento contínuo dos mesmos;
- Avaliar ou propor alternativas de mitigação do risco de mercado em conjunto com os gestores de produtos e a mesa de operações; e
- Identificar previamente o risco de mercado inerente a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, analisando as adequações necessárias aos procedimentos e controles adotados pelo Banco.

A identificação, mensuração, avaliação e controle dos riscos são realizados com base nas seguintes métricas:

- **Valor em Risco (“VaR” – Value at Risk):** corresponde à perda máxima potencial de uma carteira, em condições normais de mercado, que se baseia na análise do comportamento histórico dos preços dos ativos, suas volatilidades e correlações. O VaR utilizado pela área de Controle de Risco de Mercado é de 95% ou 99% de confiança para diferentes horizontes de tempo;

- **Perdas em cenários de estresse:** são as perdas teóricas calculadas depois da aplicação de choques nas curvas em cenários de estresse de mercado das posições atuais. Adicionalmente, são realizados os cálculos de estresse de taxa de juros para operações do *banking book*, conforme determinado pela Circular BACEN 3.876/18;
- **Análise de sensibilidade (DV01):** variação no valor presente de uma posição decorrente da variação de um ponto base (1 bp) nas taxas de juros atuais;
- **Análise de sensibilidade (gregas):** sensibilidade dos preços das opções em relação aos preços dos ativos-objetos, volatilidades, taxas de juros e tempo;
- **Análise dos descasamentos** dos fluxos em moedas, prazos e taxas de juros; e
- **Acompanhamento da efetividade dos derivativos financeiros** utilizados na mitigação de risco de mercado (operações com o objetivo de *hedge* de exposições em moeda estrangeira, por exemplo).

A unidade responsável pelo controle de risco de mercado utiliza uma composição de métricas para a mensuração diária da exposição ao risco de taxa de juros da carteira *banking*, que, quando avaliadas em conjunto, tornam possível à Instituição ter uma visão mais clara e abrangente sobre os riscos de mercado incorridos. São exemplos de métricas:

- **VaR paramétrico:** corresponde à perda máxima potencial de uma carteira, em condições normais de mercado, que se baseia na análise do comportamento histórico dos preços dos ativos, suas volatilidades e correlações. O VaR utilizado pela área de Controle de Risco de Mercado para a mensuração da RBAN é de 95% ou 99% de confiança;
- **Análise de sensibilidade (DV01):** variação no valor presente de uma posição decorrente da variação de um ponto base (1 bp) nas taxas de juros atuais; e
- **GAP ANALYSIS:** a análise de *gaps* é uma ferramenta importante na identificação das diferenças entre os valores tomados ou aplicados das posições da Instituição Financeira. Por meio de sua análise, é possível identificar as operações ou produtos que apresentam os maiores riscos de mercado, ou as diferenças de prazo, que geram risco de inclinação das curvas.

ii. Classificação das operações

De acordo com a Resolução BCB nº 111/21, o Banco deve adotar critérios mínimos na especificação da identificação das operações incluídas na carteira de negociação. A área de Controle de Risco de Mercado monitora o cumprimento dos critérios estabelecidos na Política de Classificação das Operações assumidas pelo Banco nas carteiras:

- **Trading Book (carteira de negociação):**

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas a limitações internas da sua negociabilidade.

- **Banking Book (carteira de operações não classificadas na carteira de negociação):**

A carteira de não negociação é composta, de forma geral, pelas operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, não classificados na carteira de negociação, inclusive aqueles destinados a *hedge* de outros elementos desta carteira.

iii. Exposição aos riscos de mercado – carteiras mantidas para negociação

A principal ferramenta usada para medir e controlar a exposição aos riscos de mercado dentro das carteiras mantidas para negociação é o indicador de Valor em Risco (VaR). O VaR de uma carteira mantida para negociação é a perda máxima estimada que pode ocorrer dentro de um período específico de tempo (período de manutenção) e com uma dada probabilidade de ocorrência (nível de confiança).

iv. Exposição aos riscos de taxa de juros – carteira de operações não classificadas na carteira de negociação

A mensuração, monitoramento e controle do risco de taxa de juros da carteira *banking* são realizados por meio de uma composição de métricas que são avaliadas em conjunto, dentre elas o VaR paramétrico, a análise de sensibilidade a movimentos das curvas de mercado, a avaliação dos descasamentos de ativos e passivos, dentre outros.

A partir de janeiro de 2020 a mensuração da parcela de capital referente ao risco de taxa de juros do *Banking Book* é realizada pela metodologia de valor econômico Delta EVE conforme disposto na Circular 3.876/18.

Outra ferramenta de gestão do risco de taxa de juros é a análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros do Banco a diversos cenários de curvas de taxas de juros. Tal análise mensura os impactos da carteira total do Banco (*trading* e *banking*) decorrente de variações nas taxas de juros e no câmbio. São apresentados a seguir os resultados da análise de sensibilidade, com a descrição dos cenários utilizados.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano. torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano. torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading</i> e <i>Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	CENÁRIOS(*)		
		(1)Provável	(2)Possível	(3)Remoto
Taxas de juros	Taxas de juros prefixadas	(17)	(8.401)	(16.929)
Cupom de índice de preços	Taxas de cupom de índice de preços	(19)	(2.678)	(4.615)
Moeda Estrangeira	Taxa de Câmbio	-	(137)	(277)
Cupom cambial	Taxas de cupom cambial	-	(723)	(1.448)
Total em 31/03/2025		(36)	(11.939)	(23.269)
Total em 31/12/2024		(19)	(10.302)	(19.083)

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados pelo Banco com o objetivo de realizar o gerenciamento dos riscos de mercado decorrentes das exposições em moedas, taxas de juros, além dos prazos de vencimentos das exposições.

	Notional		Valor de Mercado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Posição Comprada - Dólar				
Swap	(214.504)	(214.504)	(216.565)	(233.849)
Total	(214.504)	(214.504)	(216.565)	(233.849)
Posição Vendida - Dólar				
DOL	(2.872)	(3.110)	(2.872)	(3.110)
Total	(2.872)	(3.110)	(2.872)	(3.110)

25.2.4. Risco operacional

Visando o aperfeiçoamento e a adequada estrutura para o gerenciamento do risco operacional, o Banco empenha contínuos esforços e investimentos para, em conformidade com as leis, resoluções e normas internas e externas, implementar ações que permitam a efetividade do gerenciamento de riscos, o qual é realizado considerando o nível de complexidade dos seus negócios, produtos, processos e sistemas.

i. Processo de gerenciamento do risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional é composto das seguintes etapas: identificação, avaliação, mensuração, resposta, monitoramento, controle e reporte dos riscos, nesse processo são considerados também os respectivos controles.

Devido à sua natureza complexa, o risco operacional, possui características subjetivas e objetivas, que implicam na utilização de metodologias qualitativas para identificar e avaliar os riscos, bem como metodologias quantitativas, como por exemplo, a base de dados de perdas e indicadores de riscos, performance e controle, para garantir que o gerenciamento do risco operacional seja efetivo e agregue valor à Instituição.

ii. Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional

A estrutura para o gerenciamento do risco operacional é composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado, e está baseada nas três linhas de defesa, sendo todas as áreas de negócio / suporte, as primeiras responsáveis pela gestão e controle dos riscos relativos aos processos, sistemas, e produtos sob sua responsabilidade; a área de Controladoria e Compliance e a área Jurídica atuam como uma segunda linha de defesa, suportando as áreas de negócio / suporte nos aspectos técnicos e metodológicos ao mesmo tempo que monitoram e controlam os principais riscos e, por fim, a Auditoria Interna, que realiza um terceiro nível de controle por meio da avaliação da estrutura de processos, sistemas e controles em vigor.

As áreas e os órgãos colegiados, que formam a estrutura de gerenciamento de risco operacional e legal do Conglomerado, atuam conforme a governança corporativa estabelecida, bem como definições nos regimentos internos dos comitês de assessoramento à Diretoria. Em particular, no que tange ao gerenciamento do risco operacional, temos as responsabilidades descritas a seguir:

- Definir e disseminar os conceitos de risco operacional;
- Elaborar, sugerir e submeter ao Comitê responsável, as políticas, normas e limites operacionais associados à exposição ao risco operacional;

- Elaborar, sugerir e submeter ao Comitê responsável, as metodologias relacionadas ao gerenciamento de riscos operacionais e controles;
- Monitorar e controlar a exposição ao risco operacional, abrangendo todas as fontes relevantes de riscos e gerando relatórios tempestivos para a Diretoria; e
- Suportar a identificação, prévia, do risco operacional inerente às novas atividades e produtos e alterações relevantes, e se estes se adequam aos procedimentos e controles adotados pelo Conglomerado PAN.

iii. Gerenciamento de Capital

O Banco PAN considera a gestão de capital como um dos pilares estratégicos, que é executada de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos e das estratégias da Instituição e sempre observando os limites de capital estabelecidos na regulamentação em vigor.

O Banco PAN realiza sua gestão de capital de forma prospectiva e tempestiva, alinhado às melhores práticas e aderente às recomendações emitidas pelo Comitê de Basileia consolidadas na regulamentação baixada pelo CMN e pelo BACEN, através de políticas e estratégias que antecipam a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições de mercado e que são avaliadas periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração. Nessa gestão é contemplada a alocação de recursos de capital para fazer face à expansão dos negócios do Banco, inclusive para os investimentos necessários, de acordo com as estratégias em implementação.

A partir da data base 30/06/2021, o Banco BTG Pactual passou a exercer, de forma individual, o controle do Banco PAN e, conseqüentemente, passou a fazer parte do grupo de empresas que compõem o Conglomerado Econômico-Financeiro do BTG Pactual, o qual reporta de maneira consolidada, ao BACEN, os indicadores de Capital.

Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos e de capital podem ser consultados no [site www.btgpactual.com.br/ri](http://www.btgpactual.com.br/ri) na seção Governança Corporativa / Gerenciamento de Risco.

26. Outras Informações

Comparação entre as práticas contábeis do BRGAAP e IFRS

Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.818/20, apresentamos a seguir as principais diferenças entre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o BRGAAP (que é a base contábil para fins de apuração fiscal, bem como para distribuição de lucros aos acionistas), e as demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as International Financial Reporting Standards (IFRS).

Combinação de negócios

O ágio adquirido em combinações de negócios é resultante da diferença entre a contraprestação e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Esse ágio é amortizado ao longo do prazo previsto para a realização dos benefícios econômicos futuros que fundamentaram seu reconhecimento no BRGAAP. Por outro lado, de acordo com as IFRS, o ágio não é amortizado, mas é testado, no mínimo anualmente, para identificar possíveis impairment. Em relação à aquisição em etapas (step acquisition), até o exercício de 2022, o BRGAAP não exigia a mensuração do valor justo da participação anteriormente detida antes da aquisição de controle. Já no IFRS, os efeitos das remensurações impactavam a demonstração do resultado, com o valor correspondente sendo alocado à reserva de lucros. Essa diferença de tratamento contábil até 2022 resulta em uma diferença nos patrimônios entre os GAAPs.

Arrendamentos

Embora tenha um impacto insignificante no resultado do período, o IFRS 16 prevê a contabilização do fluxo total de pagamentos de aluguéis a serem realizados, descontado por uma taxa incremental, como passivo do Banco, com o correspondente reconhecimento do Direito de uso no Ativo no momento inicial. Posteriormente, o ativo será depreciado com base na vida útil do contrato de aluguel, enquanto o passivo será atualizado considerando o efeito dos juros ao longo do tempo. Já o BRGAAP prevê o reconhecimento linear do aluguel no resultado, como contrapartida de lançamentos em contas a pagar mensalmente.

Efeitos tributários

Com base no item mencionado anteriormente e considerando que a base tributária do Banco é apurada de acordo com a contabilidade conforme o BRGAAP, são apurados e contabilizados efeitos de impostos diferidos relacionados a essas diferenças de GAAP nestas demonstrações financeiras consolidadas.

Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes do artigo 27, § 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80/22, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas relativas ao período findo em 31/03/2025.

Declaração da Diretoria sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes no artigo 27, § 1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80/22, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas relativas ao período findo em 31/03/2025.

São Paulo, 08 de maio de 2025.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Roberto Balls Sallouti

Conselheiros

André Santos Esteves

André Fernandes Lopes Dias

Sérgio Cutolo dos Santos

Alexandre Camara e Silva

Fábio de Barros Pinheiro

Marcelo Adilson Tavarone Torresi

Maíra Habimorad

DIRETORIA

Diretor Presidente

André Luiz Calabro

Diretores

Alex Sander Moreira Gonçalves

Caio Crepaldi Cassano

Diogo Ciuffo da Silva

Leonardo Ricci Scutti

Marco Antonio Cury Chain

CONTADOR

Tiago Rachid Cambria

CRC 1SP266263/O-0